

CLIPPING

14 de Fevereiro de 2019

O Liberal – Responsabilidade Social, 08

EM BELÉM

Preservação da história está sob ameaça

HERANÇA - Patrimônio arquitetônico da capital paraense corre riscos. Muitos imóveis tombados sofrem os efeitos do tempo.

ELISA VAZ
DA REDAÇÃO

Cada centímetro de Belém carrega consigo uma marca da história. Os imóveis antigos, com detalhes arquitetônicos inigualáveis, são exemplos das singularidades presentes nas ruas, avenidas e travessas da capital paraense. Mais que um conjunto de bens materiais protegidos por lei, os prédios tombados por órgãos

dos na capital. A maioria deles localizada no centro histórico. Destes, cerca de 210 prédios particulares estão abandonados ou subutilizados, de acordo com o órgão, sendo seus proprietários os responsáveis exclusivos pelas conservações.

Já a estimativa da Fundação Cultural do Município de Belém (Fumbel) é de que são 3 mil imóveis em áreas tombadas, sendo que 1,7 mil prédios têm interesses de preservação histórica, concentrados

Esca
Pa

ari
cer

**Maior parte
dos imóveis
está na
Cidade Velha,
Campina,
Reduto,
Batista
Campos e
Nazaré**

públicos contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. Mas a ausência de uma cultura de preservação no Brasil resulta na dificuldade de manter conservados prédios que carregam importância social, cultural, econômica e histórica.

De acordo com a coordenadora do Projeto de Extensão Roteiros Geoturísticos, da Universidade Federal do Pará (UFPA), professora Maria Goretti, estes imóveis são legados herdados do passado com importância para o conhecimento da sociedade paraense no futuro. Mesmo assim, muitos estão em estado precário de conservação.

A Prefeitura de Belém informou que existem, aproximadamente, 1,7 mil imóveis tomba-

principalmente nos bairros da Cidade Velha, Campina, Reduto e em partes de Batista Campos e Nazaré.

Para o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o número total de prédios em situação de abandono em Belém é de 45, ou seja, imóveis em estado avançado de deterioração. Há tantos prédios públicos como privados nestes dados, mas o órgão não informou quais seriam estes imóveis. Entre as atribuições legais do Iphan está a fiscalização - de modo permanente e a qualquer tempo - dos bens materiais acautelados em nível federal. Cabe ao Iphan coibir danos e ameaças aos patrimônios e aplicar sanções previstas em lei para garantir a preservação dos bens.

A principal orientação do órgão é que os proprietários mantenham alvarás e licenças em dia, inclusive do Corpo de Bombeiros. Além disso, antes de iniciar uma obra ou qualquer intervenção em imóvel tombado, o responsável pelo bem deve solicitar aprovação e autorização ao Iphan.